

## MITOS E HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

*Mariana Osue Ide Sales<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente texto é uma breve reflexão sobre dois mitos, o da “herança sagrada” e o da “cruzada” e sua relação com a forma como parte da historiografia portuguesa se constrói a partir deles.

**UNITERMOS:** História de Portugal, Descobrimientos, Mitos portugueses, Idade Média/Portugal.

### INTRODUÇÃO – O IMPÉRIO ULTRAMARINO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Portugal é considerado como um dos principais reinos a ter orquestrado a política e a economia européias, durante a Idade Moderna, enquanto sede de um império ultramarino. Tais idéias, normalmente consideradas como ponto pacífico pelo senso comum, são frutos de reflexões intelectuais e projetos políticos e são parte de uma contínua produção da identidade nacional portuguesa. Neste artigo pretende-se discutir, de forma bastante breve, alguns fragmentos dessa construção nacional, através da análise da historiografia relativa às navegações portuguesas; como ela foi e ainda é pensada a partir de uma perspectiva mitológica, relacionando-se especificamente com os mitos da herança sagrada e o da cruzada.

A historiografia referente ao crepúsculo da Idade Moderna, que hoje utilizamos para nos informar a respeito da história de Portugal, foi majorita-

---

<sup>1</sup> Mestranda em História, IFCH.

riamente produzida nos séculos XIX e XX, e é fortemente marcada por uma perspectiva de exaltação da nação, através da valorização de um “passado” construído e apropriado. Esta característica não deve ser considerada um processo peculiarmente português, mas é traço comum a vários países, como podemos notar através das observações de Eric Hobsbawn acerca do que denomina “tradições inventadas”:

“Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuação em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado”. (Hobsbawn 1984, p. 09).

“(...) na medida em que há referências ao passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a ‘invenção da tradição’ um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea”. (Idem, p. 10).

“É exatamente porque grande parte dos constituintes subjetivos da ‘nação’ moderna consiste de tais construções, estando associada a símbolos adequados e em geral bastante recentes ou a um discurso elaborado a propósito (tal como o da história nacional), que o fenômeno nacional não pode ser adequadamente investigado sem dar-se a atenção devida à ‘invenção das tradições’”. (Idem, p. 23).

Especificamente, no caso português, chama a atenção a naturalização, a invenção da tradição, de que Portugal estava destinado ao mar e à cons-

trução de um império através dele. Tal idéia articula-se profundamente com a forma como se explica a origem do império, ou seja, com a interpretação a respeito dos Descobrimentos e, por conseguinte, aos mitos da herança sagrada e das cruzadas.

No século XIX, a fuga da família real para o Brasil em 1808, o domínio napoleônico até 1814 e a proclamação da independência do Brasil em 1822, forçaram Portugal a repensar-se como nação e como império ultramarino. Valentim Alexandre, afirma que, frente à perda do Brasil, no âmbito da argumentação política, a discussão da questão colonial tornou-se extremamente relevante, uma vez que ela (questão colonial) é argumento fundamental do discurso sobre a identidade do país e dela dependia a forma como Portugal se colocaria ainda como império marítimo. Alexandre considera enfim que, desse discurso a ser produzido sobre o novo império marítimo que se configurava com a perda do Brasil, dependia “(...) a própria sobrevivência do país”. (Alexandre 2000, p. 219). As correntes de pensamento nacionalistas, depararam-se, de alguma forma, com a questão ultramarina. A idéia de que Portugal estava destinada a ser uma talassocracia era já presente e naturalizada há muito tempo. Uma vez perdido o Brasil, era preciso falar da nova nação/império que se configurava. Pensar-se como um novo império ultramarino, ainda para Valentim Alexandre, foi “(...) um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grandeza dos feitos da nação, que não os poderia perder sem se perder”. (Alexandre 2000, p. 220).

No século XX, o salazarismo também imprimiu sua marca à produção historiográfica, igualmente naturalizando a idéia do destino imperial. A mesma idéia de que Portugal estava predestinado à construção de um império ultramarino pode ser notada ao observarmos o Ato Colonial, artigo da Constituição portuguesa, promulgado em 1930. O segundo artigo aponta que “(...) é da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica e possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam” (Apud Alexandre 2000, p. 214-215). Esta declaração, longe de pertencer apenas ao plano da forma como

Portugal se auto-representava, justificou determinadas condutas do governo e dos colonizadores portugueses nas possessões africanas.

A “essência orgânica” portuguesa, que mostrou-se uma idéia tão eficiente enquanto argumento capaz de legitimar ações concretas, tem suas origens, segundo a historiografia que a promove, nas navegações que, por sua vez, tem seus fundamentos explicativos no que alguns historiadores chamaram de mitos da herança sagrada e das cruzadas. Ainda lembro que, em se tratando do império português, o tema marítimo é uma questão que possui grande relevância.

Conforme analisa José António Saraiva, essa relação da produção historiográfica que naturaliza o destino marítimo-imperial com o que denominamos vulgarmente de política dos séculos XIX e XX, explica-se da seguinte forma:

“Por vezes uma personalidade ou um grupo têm um papel decisivo no lançamento de um estilo ou de uma atitude quando se encontram numa posição estratégica. Isso acontece também com certas instituições sociopolíticas, (...).

Mas tudo tem de ter um discurso, uma explanação, uma possibilidade de se dizer. É daí que vem a necessidade de distinguir épocas para o historiógrafo. Por isso arriscamos hipóteses neste terreno aleatório, seguindo vários critérios.

Um deles é o dos mitos dominantes nas várias épocas, mitos que motivam ou que justificam os comportamentos, mesmo quando estes, na prática, se afastam daqueles” (Saraiva 1994, p. 111-112).

Penso que as palavras de Saraiva aproximam-se ao pensamento do medievalista Paul Zumthor. Notemos que eles não consideram que os mitos ou tradições evocadas para explicar o passado que justifica o presente são imutáveis, mas sim re-significados socialmente, em vários momentos ao longo do tempo, criando-se assim, de maneira sofismática, a impressão de uma imediata continuidade com um passado inicial e elucidativo, ainda que em função de um processo de des-historicização:

“Nossas culturas só lembram esquecendo, mantêm-se rejeitando uma parte do que elas acumularam de experiência, no dia-a-dia. Ela desconecta, corta o contato imediato que temos com nossa história no momento que a vivemos. Ela nos afasta daí um pouco, permitindo que se crie uma perspectiva (mesmo míope) ao tempo em que se instaura uma espécie de repouso paradoxal. Suspende, do real empírico, o efeito *hic et nunc*, se não destaca daí o ego. Mas, também na multiplicidade do que seria urgente talvez registrar na memória coletiva, ela recupera ou determina o que, do vivido, foi, é, e tem chances de permanecer funcional. (...) Parece uma tendência dominante: a comunidade adere memorialmente a formas de pensamento, de sensibilidade, de ação e de discurso graças às quais ela ‘funciona’, não somente porque ela os tem à sua disposição, mas por causa dos valores de que elas são carregadas – valores a dispor ao mesmo tempo entre as causas e os efeitos de uma seleção inicial, isto é, de uma vontade de esquecimento”. (Zumthor 1997, p. 15).

## O MITO DA HERANÇA SAGRADA

António José Saraiva considera que alguns mitos têm estado presentes em Portugal, entre eles, especialmente, o da herança sagrada e o das cruzadas.

O primeiro deles originou-se de uma interpretação datável do século XV, repetida mas reinterpretada várias vezes ao longo dos séculos, acerca de um episódio ocorrido no século XII, no contexto da reconquista cristã dos territórios governados pelos muçulmanos. Estes últimos conquistaram e estabeleceram-se política, econômica e culturalmente na Península Ibérica a partir início do século VIII, imprimindo a marca de sua cultura na porção mais ocidental da Europa. No século XII, por razões que não vamos detalhar, os cristãos passaram a reconquistar, através de campanhas militares, as terras dos muçulmanos<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Para mais sobre o assunto ver: Rucquoi 1995, Mattoso, 1998 e Oliveira Marques, “Afonso Henriques: rei portugalense ou rei português”, p. 35 a 45. In: Tengarrinha 1999.

Um dos episódios destacados desse processo tem como referência histórica a batalha de Ourique (1139), na qual D. Afonso Henriques combateu e venceu os mouros. No século XIV, momento no qual a dinastia de Avis ascendeu ao trono, findando a era bolonhesa, utilizou-se o episódio de Ourique como o momento que teria marcado o nascimento de Portugal, por ter representado mais que a primeira grande vitória contra os infiéis, a escolha de Cristo para que esse novo reino construísse seu império na terra. Tal interpretação, em parte, servia de argumento para a legitimidade da nova dinastia. No entanto, analisando mais detidamente os relatos da Península Ibérica no próprio século XII, pode-se notar que o sentimento do reino nascente não era presente<sup>3</sup>. A batalha de Ourique foi interpretada e reinterpretada nos séculos posteriores, pois Isabel Buescu<sup>4</sup> considera que o episódio, depois de adquirir significação mística – que descrevo a seguir – foi o fundamento ideológico da nacionalidade, ou seja, foi tomado como seu mito de origem.

A versão mítica da história pode ser resumida pela aparição de Jesus Cristo crucificado a Afonso Henriques na véspera da batalha de Ourique, anunciando a vitória dos cristãos contra os mouros. Há variações da lenda, ao longo dos séculos, que se adequam às mensagens específicas que se desejaram transmitir. Segundo Saraiva, a primeira menção ao milagre de Ourique é de 1419 e aparece na *Crônica* de Fernão Lopes. Já no século XV ela afirmava a legitimidade da dinastia de Avis, que se impusera há pouco tempo (com a guerra civil de 1383-1385, D. João, mestre de Avis, assegurara para si a coroa portuguesa).

Entre 1367 e 1383, portanto durante a monarquia de D. Fernando, Portugal promoveu três guerras contra Castela, exacerbando o sentimento de rivalidade presente entre os dois reinos. A morte de D. Fernando deixara em aberto a possibilidade concreta do trono português ser de um castelha-

---

<sup>3</sup> Para mais sobre o assunto ver: Mattoso 1998, p. 16 a 18 e p. 32 e segs.

<sup>4</sup> Cf. Bibliografia.

no. Parte dos nobres de Portugal concordava com o cumprimento do desejo de D. Fernando de deixar o trono sob poder de D. Leonor de Teles até que o primeiro filho varão da infanta D. Beatriz com D. João I, rei de Castela, o esposo da herdeira do trono português, atingisse a idade de quatorze anos. Outra parcela dos nobres não concordava com as determinações de D. Fernando e defendia que o irmão do monarca falecido, João, filho bastardo de D. Pedro I e Teresa de Lourenço, fosse coroado. Essa guerra iniciada em torno da questão sucessória estendeu-se por dois anos. A mítica de Ourique, lembrada nesse momento, tinha a função de marcar o sentimento anti-castelhano ao lembrar que haviam sido os portugueses os escolhidos por Cristo para construir um império cristão na terra.

Segundo lembra Mattoso,

“[a batalha] é capaz de se regenerar a si mesma por meio de actos colectivos que funcionam como actos fundadores de novos períodos, como se em cada um desses momentos se recuperasse uma pureza primitiva anteriormente perdida”  
(Mattoso 1998, p. 40).

Assim, vinculando a nova dinastia à memória do primeiro monarca, legitimava-se ela própria como continuadora do que fora prometido a Afonso Henriques, apesar da mudança de dinastia no poder. Principalmente, estava implícita a idéia de uma independência e da maior importância do monarca português em relação ao castelhano, pois Cristo havia aparecido ao “primeiro dos monarcas de Portugal”.

Um século depois, utilizou-se novamente a idéia de que os portugueses estavam predestinados a construir o império cristão na terra, por outros motivos. Através da passagem da crônica que se segue, temos um exemplo da idéia que era compartilhada por muitos habitantes do reino, a respeito do Milagre de Ourique. Segundo a crônica, Jesus Cristo teria dito a Afonso Henriques que:

“Eu sou o fundador E destruidor dos Reynos, E Imperios, E quero em ti, E teus descendentes fundar para mim hum Império, por cujo meio seja meu nome publicado entre as nações mais estranhas. (...) Não se apartará delles, ne de ti nunca minha misericórdia porque por sua vida tenho aparelhadas grandes searas, E a elles escolhidos por meus segadores em terras muy remotas”<sup>5</sup>.

O texto data do final do século XVI, reafirma a eleição dos portugueses por Jesus Cristo como construtores de um império cristão na terra e relaciona-se também com um sentimento anti-castelhano; em 1580, Filipe II de Espanha passou a governar Portugal. Depois da morte de D. Sebastião na luta em Alcácer-Quibir em 1578, a coroa portuguesa passou ao seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, em função do monarca não ter deixado herdeiros. Em 1580, com a morte do cardeal, Filipe II de Espanha tornou-se rei de Portugal. Muito se discutiu a respeito da legitimidade dos castelhanos em Portugal, iniciada por Filipe II. Embora na historiografia atual ainda existam aqueles que negam a legitimidade do monarca, como o fez, por exemplo, Vitorino Magalhães Godinho, o fato é que pelas regras de sucessão vigentes, Filipe II foi um monarca legítimo:

“(...) a coroa portuguesa foi usurpada em 1580 à casa a que pertencia de juro e herdade – o ducado de Bragança – por Filipe II de Espanha, e seus sucessores Filipe III e Filipe IV retiveram-na ilegalmente (...)” (Godinho 1992, p. 307).

A possibilidade dele ascender ao trono era legal, de acordo com a política sucessória válida na época, uma vez que Filipe era filho de Carlos I de Espanha (Carlos V) e Isabel de Portugal, além de ser casado com D. Maria Manuela de Portugal (filha de D. João III e D. Catarina). Braudel descreve o contexto da ascensão de Filipe II à coroa portuguesa:

---

<sup>5</sup> Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, III Parte, Livro X, Cap. V, “Do jurameto com que el Rey Dom Afonso Henriques cõfirmou a visão de Christo nosso Saluador”, fols. 128v-129.

“Pela mãe, Filipe II tem direitos incontestáveis à coroa de Portugal; entre ele e este objeto da sua cobiça, existem muitos outros rivais – e não menos incontestáveis, da duquesa [Catarina] de Bragança. Mas esta casa “feudal” não está à altura de lutar contra o Rei Católico. Há igualmente o bastardo de D. Luís, também filho de Manuel o Venturoso. Mas o prior do Crato tem contra ele a ilegitimidade do seu nascimento. De facto, entre Filipe II e a coroa portuguesa existe apenas a pessoa do velho soberano de Lisboa [o cardeal D. Henrique]” (Braudel 1995, v. II, p. 560).

Por consequência da ascensão de Filipe II, o sentimento de rivalidade em relação aos castelhanos, fruto de vários séculos de guerras, personificou-se no ódio pelo novo monarca estrangeiro, o que pode-se notar observando a farta documentação produzida na época a respeito dessa questão. O próprio Braudel, ainda considera que:

“Na sua massa, o país recusava-se à dominação do vizinho odiado. A arraia-miúda das cidades, o baixo-clero estavam tão veementemente contra o Espanhol que faziam tremer ricos e poderosos” (Braudel 1995, v. II, p. 562).

Foi nesse contexto que reavivou-se o mito da fundação portuguesa divina, com o intuito de valorizar Portugal perante a Espanha e também como uma forma de oposição à legitimidade do monarca castelhano, uma vez que a real monarquia, a outorgada pelo filho de Deus, era somente portuguesa. Além do caráter contestatório e anti-castelhano, Saraiva nos fornece outras significações da valorização do milagre de Ourique, naquele momento:

“O mito é também uma forma de compensação em relação a uma realidade frustrante. É quando Portugal parece condenado a um estrangulamento inglório, em luta com Holandeses e Castelhanos, perdido da África e do Oriente (que justificava a motivação da Cruzada), que o mito ganha a sua forma mais grandiosa e precisa através do padre António Vieira, que o

descreveu na *História do Futuro* e nos seus escritos sobre a consumação do reino de Cristo na Terra” (Saraiva 1994, p. 114).

Dois episódios ilustram a força do mito enquanto argumento político de negação da legitimidade da monarquia castelhana. Segundo Isabel Buescu,

“(...) aquando da viagem realizada por Filipe II a Portugal, em 1619, no faustoso recebimento que a cidade de Lisboa fez ao monarca, da representação iconográfica da aparição de Cristo em Ourique que figurava, com destaque, no arco dos oficiais da bandeira de S. Jorge: afirmação velada de uma nacionalidade que *supera* o novo monarca, porque é sagrada, ou incorporação dessa memória no novo quadro de legitimidade dinástica (...)” (Buescu 1993, p. 19).

O segundo episódio refere-se à Restauração em 1640, quando finalmente Cristo pôde se acalmar pois o poder havia retornado às mãos de um monarca legítimo, ou seja, um rei português, novamente um momento no qual se manifestou fortemente a idéia da predestinação portuguesa à construção do império da fé.

“A Restauração constitui, acima de tudo, a refundação da monarquia, o retomar de uma legitimidade estabelecida pelo próprio Cristo em Ourique, e por isso mesmo insofismável e indiscutível. O despregar miraculoso do braço da cruz consistia, afinal, um dos múltiplos sinais que mostravam a legitimidade do novo monarca, herdeiro das promessas de Cristo a Afonso Henriques” (Buescu 1993, p. 19).

O episódio célebre refere-se ao dia da coroação de D. João IV, quando a mão de Cristo, numa imagem, se despregou da cruz. Uma crônica da época<sup>6</sup> ajuda a ilustrar a forma como foi tal episódio foi entendido:

---

<sup>6</sup> Fragmento da obra *A Santidade do Monarca Eclesiástico Innocencio X. Expoem Portugal as causas de seu sentimento, E de suas esperanças*, anônima, publicada em Lisboa, 1646, atribuída a João Pinto Ribeiro, págs. 41-42.

“Temos aquella mão divina, que Christo despregou da Cruz, no mesmo dia, E hora da venturosa aclamação de ElRey Dõ João, como incitandonos, E animandonos a que continuassemos obra tão acertada, E tão be principiada. Parece que cõ ella nos lembrava o Senhor, q este Reyno era obra de suas mãos, de sua omnipotencia, de seus afeytos, E de seus cuydados. Tinha elle no campo de Ourique levantado este Reyno, estando na Cruz, e abençoando seus Reys, cõ gloriosas promessas. Cõ despregar essa mão, nos ensina a repetir humana, e obrigarmos a sua diuina Magestade, que nos cumpra sua palavra, E nos prospere cõ as merces prometidas, E a não faltar ao amor cõ que edificou este Reyno [...] Não pode Deus faltar cõ seus favores a hu Reyno seu, obra sua, E cuydado seu, Isto nos assegura aquella mão despregada naquelle veturoso dia” (Apud Buescu 1993, p. 43).

Como afirmam António José Saraiva, Isabel Buescu e José Mattoso, o milagre de Ourique pode ser entendido como o mito de origem que explica a idéia, vigente em Portugal, em vários momentos ao longo dos séculos, da missão da construção imperial. Buescu ainda ressalta a sua importância para os séculos XVI e XVII.

“Por aqui passa, aliás, a coerência essencial que existe entre o mito fundador e a corrente do messianismo político, um dos tópicos que assinala e constitui uma das marcas da cultura portuguesa, com uma incidência muito particular, naturalmente, nos finais do século XVI e no século XVII. Para referirmos apenas a figura que, de forma mais emblemática, dá corpo a essa confluência, citemos o P. António Vieira, que inscreve de modo decisivo a fundação do reino e a aparição de Cristo, primeiro e último garante do Quinto império, no quadro do seu pensamento milenarista e messiânico, nomeadamente na *História do Futuro*. Em suma, Vieira vê nas palavras de Cristo – “Volo in te et in semine tuo, imperium mili stabilire”- a promessa de um império cristão universal, encarnado por um descendente do primeiro rei português. Destino e vocação imperiais, realidade a cumprir, implícita nas palavras de Cristo ao fundador do reino” (Buescu 1993, p. 18).

Para além do imaginário político tão bem expresso por Antônio Vieira, Saraiva e Buescu ainda lembram que a obra épica de Camões, do mesmo período, consagrou a idéia de que Portugal era predestinado a construir um império cristão na terra. Pode-se notar a idéia numa breve passagem d’*Os Lusíadas*:

Cessem do sábio Grego e do Troiano  
As navegações grandes que fizeram;  
Cale-se de Alexandro e de Trajano  
A fama das vitórias que tiveram;

Que eu canto o peito ilustre Lusitano  
A quem Netuno e Marte obedeceram.  
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,  
Que outro valor alto se alevanta  
(...)

E vós, ó bem nascida segurança  
Da Lusitana antiga liberdade.  
E não menos certíssima esperança  
De aumento da pequena Cristandade,  
Vós, ó novo temor da Maura lança,  
Maravilha fatal da nossa idade,  
Dada ao mundo por Deus, que todo o mande  
Pera do mundo a Deus dar parte grande:

Vós, tenro e novo ramo florescente  
De uma árvore, de Cristo mais amada  
Que nenhuma nascida do Ocidente,  
Cesárea ou Cristianíssima chamada,  
(vêde-o no vosso escudo, que presente  
Vos amostra a vitória já passada,  
Na qual vos deu por armas e deixou  
As que êle pera si na Cruz tomou)<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto I. Estrofes 3, 4, 6, 7 e 8.

O destaque conferido “à herança sagrada” não diminuiu nos séculos posteriores. Valentim Alexandre explica-nos como o mito reaparece com força no século XIX. O historiador, expondo especificamente a argumentação política em torno da questão colonial, ou seja, de como Portugal conduziria a política africana depois da perda do Brasil em 1822, considera que tanto o mito da herança sagrada como o de que o mundo escondia paraísos perdidos, de certa maneira, moveu ações concretas na política portuguesa.

“(…) recorreremos na nossa análise (…) ao [conceito] de *mito*, entendido como modo de apreender a realidade no seu todo, de a pensar e de a sentir, integrando factores económicos e não económicos e, em qualquer deles, tanto os aspectos racionais como os irracionais.

Dois desses mitos terão tido um papel central como sustentáculos do projecto colonial. O primeiro deles – a que chamaremos o “mito do Eldorado” – tem como pano de fundo a crença inabalável na riqueza das colónias de África, e na sua extrema fertilidade, nos tesouros das suas minas por explorar. Dominante logo nos primeiros anos do liberalismo, após 1834, o tema aparece-nos então em dezenas de artigos, nos periódicos de todas as facções políticas, servindo de base à defesa do projecto colonial como via privilegiada para a regeneração da nação, compensando a perda do Brasil. Sob formas menos primárias, mais elaboradas – voltadas para um Eldorado longínquo, no qual se cumpriria o destino da nação, que recuperaria finalmente o estatuto de grande potência -, o mito persiste ao longo de todo o império, ganhando um carácter estrutural.

Um segundo tema ideológico – que designaremos pelo “mito da herança sagrada” – vê na conservação de toda e qualquer parcela do território ultramarino um imperativo histórico, tomando os domínios sobretudo como testemunhos da grande-

---

Camões descreve a visão de Afonso Henrique, numa das variantes da lenda. O monarca teria estampado cinco escudos na bandeira portuguesa representando as cinco chagas de Cristo. Uma outra versão é a de que os escudos em torno da cruz azul representariam a vitória de Afonso Henriques sobre os cinco reis mouros.

za dos feitos da nação, que não os poderia perder sem se perder. Geralmente latente, o tema vem à superfície sempre que se configuram casos de perigo e de eminência de perda, real ou suposta, de qualquer das possessões ou de zonas sobre que se reivindicava a soberania portuguesa, contribuindo para afastar a tentação de abandono, não só da via colonial em si, mas também de cada um dos territórios em particular, por mais difícil que se afigurasse a sua exploração e conservação. Também o “mito da herança sagrada” tem um carácter permanente, estrutural, que lhe resulta da sua estreita relação com dois elementos de fundo do nacionalismo português: a consciência, sempre presente nas elites políticas, da vulnerabilidade de Portugal (que as torna especialmente sensíveis às ameaças externas); e sobretudo a idéia, muitas vezes expressa, de que a própria sobrevivência da nação dependia da existência do império, como contraponto necessário à força de atração da Espanha no conjunto da Península Ibérica” (Alexandre 2000, p. 219-220).

No campo da literatura contemporânea, podemos notar a presença da idéia da herança sagrada e também da predestinação à construção do império ultramarino. Da *Mensagem* de Fernando Pessoa, escrita em 1934, observa-se:

Com duas mãos – o Acto e o Destino –  
Desvendamos. No mesmo gesto, ao céu  
Uma ergue o facto trêmulo e divino  
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia  
A mão que o Ocidente o Véu rasgou,  
Foi a alma a Ciência e corpo a Ousadia  
Fosse Acaso, Ou Vontade, Ou Temporal  
A mão que ergueu o facho e luziu,  
Foi Deus a alma e o corpo Portugal  
Da mão que o conduziu <sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Fernando Pessoa, *Mensagem*, São Paulo, FTD, 1998, pág. 68.

Por fim, José Saramago, na *Jangada de Pedra*, ainda que não celebre a idéia da construção de um império cristão, de certa forma reifica a idéia de que o destino português é atlântico, pois descreve que Joana Carda, ao riscar o chão com uma vara de negrilho, inexplicavelmente provocou a separação física da Península Ibérica do restante da Europa que começou, então, a se dirigir para as Américas. Portugal, finalmente cumpre seu destino. Como diz Saramago:

“Se a Joana Carda alguém vier a perguntar que ideia fora aquela sua de riscar o chão com um pau, (...) talvez ela responda, Não sei o que me aconteceu, o pau estava no chão, agarrei-o e fiz o risco, Nem lhe passou pela ideia que poderia ser uma varinha de condão, Para varinha de condão pareceu-me grande, e as varinhas de condão sempre se ouvi dizer que são feitas de ouro e cristal, com um banho de luz e uma estrela na ponta, Sabia que a vara era de negrilho, (...) mas, para o caso, estou que um pau de fósforo teria causado o mesmo efeito. Por que diz isso, O que tem de ser tem de ser, e tem muita força, não se pode resistir-lhe, mil vezes o ouvi à gente mais velha, Acredita na fatalidade, Acredito no que tem de ser”. (Saramago s.d., p. 08).

A perenidade do mito da herança sagrada é presente, a meu ver, nas obras dos dois autores portugueses de grande popularidade, e penso que também, ainda que de forma irrefletida, na história de Saramago. Esses autores não por acaso representam no mundo, a literatura portuguesa. Através dos fragmentos dos textos, espero ter conseguido demonstrar a validade de uma idéia longamente cultivada e que, apesar das metamorfoses, hoje nos parece tão natural.

## O MITO DAS CRUZADAS

O mito das cruzadas também é um dos grandes temas valorizados na historiografia portuguesa. A idéia da cruzada contra os mouros, depois da Reconquista, iniciada no século XII e que perdurou até o XV, permanece

viva entre os portugueses durante muitos séculos. José Mattoso afirma ainda que a Reconquista foi tomada como um dos momentos decisivos para a definição da identidade portuguesa, pois pela primeira vez, os portugueses se definiram enquanto um grupo, rivalizando com o dos infiéis.

“Trata-se de um factor insistentemente posto em relevo pelos ideólogos do período nacionalista, para os quais Portugal teria nascido dos movimentos a que chamavam “cruzadas”. Todavia, não se pode também esquecer que a sua relação com a eclosão da nacionalidade é longínqua, dado que não se pode confundir a crença religiosa com o vínculo nacional. Por outro lado, é preciso também ter em conta que as lutas anti-islâmicas envolvem em primeiro lugar o bando dos cavaleiros que participou activamente nas conquistas afonsinas e nas expedições de Sancho I, em segundo lugar os membros da corte e alguns clérigos (...) e finalmente os habitantes dos concelhos mais próximos da fronteira, sobretudo aqueles que foram mais afectados pelas invasões almoádes de 1184, 1190 e 1191. Os restantes habitantes do país não se sentiam envolvidos por tais lutas nem provavelmente as consideravam como suas” (Mattoso 1998, p. 16).

A respeito das cruzadas na Península Ibérica, António José Saraiva considera que:

“O primeiro grande mito colectivo português, que aliás é um mito de toda a Espanha, foi o da Cruzada, fixado eloquentemente por Camões no poema nacional dos Portugueses. Portugal era o paladino da fé católica, e a expansão mundial da Fé era a sua vocação própria, a razão de ser da sua história. Em relação especial com Deus, que o favoreceu desde o nascimento, Portugal realizava um plano divino que culminaria na conversão do mundo inteiro. (...)”

O mito da Cruzada intensificou-se nos séculos XV e XVI, quando os papas tentaram mobilizar os desavindos príncipes cristãos para resistir ao avanço turco. Portugal combatia então os muçulmanos em duas frentes: no Norte de África e no Oriente até Malaca. A acção dos Portugueses podia ser idealizada num nível mundial de cruzada” (Saraiva 1994, p. 112-113).

Articulando-se com a idéia da herança sagrada, a idéia da cruzada teve grande importância na produção da historiografia portuguesa. Considera-se que os Descobrimentos portugueses tiveram início em 1415, quando as tropas do infante D. Henrique conquistaram Ceuta dos mouros. Os Descobrimentos são vistos, ou sob o mito das cruzadas e/ou da perspectiva da herança sagrada. De fato, a idéia de cruzada foi mencionada como uma forma de entender a conquista de Ceuta, pois Zurara, cronista que relata esse feito, conferiu-lhe essa conotação. Em vários momentos, Zurara fala da luta contra os mouros, nesse espírito. Ao descrever os ilustres cavaleiros que fizeram parte da expedição, podemos notar que o cronista destaca a presença de cristãos que já haviam lutado em outras pelepas contra os infiéis:

“Alvaro de Freitas, comendador d’Aljazur, que he da ordem de Santiago, tambem homem fidalgo, e que tinha feitas mui grandes prêsas nos Mouros de Graada e de Bellamarim (...). E era ainda hi, Pallenço, que era huu homem que tinha feita mui grande guerra aos Mouros, e que tôda sua vida despendeo em serviço de Deos e do regno, cometendo e acabando per si mui grandes feitos, segundo teemos fallado na crônica geral, depois que Cepta foe tomada” (Zurara 1942, p. 63).

Em parte, essa característica da crônica se explica porque Zurara era cavaleiro da *Ordem de Cristo* e interpreta o fato como a cruzada na África. Segundo defende Costa Pimpão, só por meados do século XV o cronista acredita que a empresa de Ceuta tenha se tornado comercial:

“O cronista mal compreende que empresa máxima da Ordem de Cristo possa converter-se numa operação comercial; e, por isso, renunciou a escrever as cousas da Guiné posteriores a 1448, visto que estas se trataram, a partir daquele ano, mais *per trantos e aveenças de mercadarya, que per fortalleza nem trabalho das armas*” (Pimpão 1942, p. 16).

Ainda que Zurara se negue a escrever os acontecimentos a partir de então, e apesar do espírito da cruzada permear o seu texto, em vários mo-

mentos podemos notar que ele menciona interesses comerciais. Como lembra Adeline Rucquoi, ter Ceuta implicava no controle comercial entre o Mediterrâneo e o Atlântico e esta perspectiva era também muito clara para Zurara. O fragmento a seguir serve de exemplo para mostrar a presença concomitante das idéias de cruzada, herança sagrada e também dos interesses comerciais no texto que relata os acontecimentos de 1415:

“(...) naquela mui honrada conquista que se fêz sôbre a grande cidade de Cepta, de cuja famosa vitória os ceos sentirom glória e a terra benefício? Glória me parece assaz para o sacro collégio das celestiaes vertudes, tanto sacrefficio divino com tam sagradas cerimoniaes, quantas ataa oje som feitas em aquella cidade em louvor de Christo Nosso Senhor, e per sua graça para sempre seram. Pois do proveito que a terra recebeo, o levante e o poente som bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas cousas, sem grande perigoo de suas fazendas, ca por certo nom se pode negar que a cidade de Cepta nom seja chave de todo o mar Medioterreno” (Zurara 1942, p. 34).

Em outro momento, relatando os feitos portugueses em Ceuta depois da conquista, Zurara informa que:

“E das perfeiçoões desta villa nom posso muito fallar, porque ao tempo da feitura dêste livro em ella nom avia soamente os muros, que eram de boa fortalleza, com alguas poucos de casas, mas obrava-se em ella continuadamente, e segundo o comuu entender, era que o Iffante queria alli fazer hua villa especial pera trato de mercadores, e porque tôdollos navios que atravessassem do levante pera o poente, podessem alli fazer devisa, e achar mantimento e pilotos, assi como fazem em Callez, cujo porto é mui afastado da bondade daquelle, onde os navios teem abrigo pera tôdollos ventos, soamente de huu a que nós em êste regno chamamos travessia, e per essa guisa com todos sair, a qualquer tempo que o mareante quiser. E ouvi dizer, que seendo esta villa começada, os Genoveses davam por ella grande preço; os quaes, como sabees, som homees que nom empregam seus dinheiros sem certa sperança de guanho” (Zurara 1942, p. 43-45).

Vários historiadores, como Jaime Cortesão, Joaquim Bensaúde e Duarte Leite, analisaram o texto de Zurara ressaltando o espírito de cruzada que teria movido o infante e considerando irrelevantes outros fatores que ajudam-nos a entender o interesse pelo Estreito de Gibraltar, dominado pelos mouros. Outros pesquisadores, como Luís de Albuquerque pensavam que, para explicar tal acontecimento, combinaram-se interesses comerciais, científicos e espírito de cruzada, embora este último aspecto não mereça, na sua opinião, tanto relevo. Diz o historiador que:

“Lendo esses textos oriundos do papado, a crónica de Azurara, e todos os documentos referentes a este período histórico, nunca encontrei o mais pequeno indício do grandioso projecto de proselitismo católico que Bensaúde architectou. As cruzadas eram em África e não só contra os mouros das cidades e terras do Magrebe, mas sobretudo contra as povoações ribeirinhas da África atlântica” (Albuquerque 1990, p. 49).

Outros ainda, como Guillermo Giucci, pensam que, na verdade, foram as lendas a respeito do *Mar Oceano* e a busca do Paraíso terreal que realmente levaram os homens a se lançarem ao Atlântico. Mattoso, por sua vez, não sabia ao certo, em 1984, como tratar o tema dos Descobrimentos. Para o medievalista, a questão de se saber se a conquista de Ceuta e a posterior presença dos portugueses na África, teria se iniciado num espírito de cruzada e depois evoluído para o interesse comercial, não tinha sido explorada profundamente.

## BREVES CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HISTORIOGRAFIA DOS DESCOBRIMENTOS

*“Que sabemos nós das origens dos Descobrimentos? Como se ensina este problema? Tem a historiografia moderna alguma coisa a acrescentar ao que vulgarmente se diz sobre ele? Estamos em condições de aproveitar os progressos historiográficos para renovarmos o ensino neste ponto?” (Mattoso 1993, p. 295).*

Creio, particularmente, que as perguntas de José Mattoso ainda são motivos de extensas discussões, quase vinte anos passados. Poderia-se colocar em discussão a própria data símbolo. 1415 seria mesmo o ano que marca o início de um novo tempo? Compartilhando dessa idéia, defendida por muitos autores, vimos que se os Descobrimentos são explicados da perspectiva das cruzadas, isso em parte se deve ao fato da idéia ser presente no próprio século XV, como uma forma de apreender o significado da saída dos portugueses ao Atlântico. Por outro lado, é comum ainda os historiadores interpretarem os Descobrimentos num sentido que considero, conscientemente ou não, vinculado à idéia do mito da herança sagrada. Fala-se como se fosse natural os portugueses, uma vez no Atlântico, irem constituindo o império ultramarino. Vemos isso, mesmo em obras recentes que abordam a questão. Adeline Rucquoi, por exemplo, explica a expedição a Ceuta e seus desdobramentos de maneira breve, apontando datas de conquistas, como se as expedições na África e no Atlântico não precisassem de maiores explicações uma vez que compõem apenas a natural evolução dos passos que explicam a expansão portuguesa.

“(...) D. João I e seu filho [o infante D. Henrique] organizaram uma expedição que levou, em 1415, à conquista de Ceuta, em Marrocos. 1415, data da primeira conquista portuguesa em África, é frequentemente considerada uma data-charneira. Daí em diante, Portugal vira-se para as descobertas e conquistas de além-mar e, em breve, cria um verdadeiro império. De facto, a tomada de Ceuta inscreve-se ainda no quadro tradicional da política de controlo do Estreito de Gibraltar, embora revele o abandono, pelos Portugueses, das suas pretensões a exercer esse controlo do comércio a partir das costas da Península Ibérica. Não obstante, apesar da opinião do infante D. Henrique e da maioria da nobreza, que desejavam prosseguir a guerra em África, as únicas conquistas territoriais no fim do reinado de D. João I foram a Madeira (1418) e os Açores (1427-1431). A política de expansão em África foi retomada por D. Duarte (1433-1238), mas resultou num desastre em Tânger, em 1437. (...)

O longo reinado de D. Afonso V, o Africano, é caracterizado por um reforço do peso da nobreza e por uma política sistemática de conquistas em Marrocos, sobretudo depois da queda de Constantinopla. Em 1458, os portugueses, que nunca entregaram Ceuta, conquistaram, não longe dela, Al-Qasr al-Sagir – Alcácer Ceguer –, depois Casablanca em 1463 e Tânger em 1471, vingando assim a derrota de 1437. Durante esse tempo, os Portugueses dobraram o Cabo Bojador (1434), tomaram Cabo Verde (1444) e descobriram o Golfo da Guiné. A partir dos anos 1441-1442, o ouro, o marfim e os escravos negros fizeram o seu aparecimento nos mercados da metrópole” (Rucquoi 1995, p. 198-199).

Essa forma de narrar a história de Portugal é, segundo José Mattoso, muito comum.

“Para explicar tal fenómeno [os Descobrimentos], os manuais de história limitam-se normalmente a enumerar um certo conjunto de acontecimentos que se podem considerar como antecedentes. Tais são os contactos históricos do Ocidente europeu com outras civilizações: as cruzadas, o estabelecimento da rede do comércio mediterrâneo por mercadores italianos, catalães ou andaluzes, as embaixadas enviadas aos mongóis, as viagens de missionários e aventureiros ao Oriente” (Mattoso 1993, p. 296).

Ou então, ainda segundo Mattoso, os autores descrevem como a navegação no Atlântico foi possível através das inovações técnicas náuticas, como o uso da bússola e do sextante, o uso das estrelas para se guiar, etc. No entanto, nada informa essa enumeração de realizações e experiências. O medievalista português, a respeito da forma como o tema é tratado, considera que, em relação aos aspectos valorizados dentro dessa temática, “Tudo isto é importante, e pode-se considerar como matéria adquirida, mas não satisfaz plenamente” (Mattoso 1993, p. 297).

Mais que isso, esse enumerar de inovações técnicas que permitiram as navegações, contribui para a glorificação dos Descobrimentos portugueses,

conferindo um tom épico ao passado, deixando de lado a abordagem da difícil conquista da costa africana, das Índias orientais e ocidentais, feitas às custas de muitos naufrágios e vidas, ou seja, muito diferente da narrativa privilegiada para lembrar esse período.

Luís de Albuquerque também via a historiografia portuguesa a respeito dos Descobrimentos de maneira pouco épica, no início da década de 1990. Ele dizia que a pouca credibilidade dela devia-se ao fato dos historiadores criarem fatos históricos “(...) sem alicerces documentais sérios e completos” (Albuquerque 1990, pág. 08). Dizia isso, na ocasião, especificamente em relação à mítica criada em torno da figura do infante D. Henrique, “iniciador dos Descobrimentos”, o “príncipe navegador”, que não fora nunca príncipe e havia navegado no máximo três vezes para a África. Ainda referia-se à crença também vinculada à figura do infante, existente ainda hoje, de uma escola em Sagres que teria reunido os sábios nas várias áreas relacionadas às navegações, a fim exatamente de promovê-la.

“A notícia de que o infante D. Henrique, para acudir à preparação técnica dos seus navegadores, fundou uma escola técnica dos seus navegadores, fundou uma escola náutica a que se veio chamar Escola de Sagres, por ficar instalada sobre o promontório do mesmo nome, só tardiamente surgiu na historiografia. Duarte Leite (*História dos Descobrimentos*, I, p. 184 e segs.), que procurou averiguar a origem desta notícia, situa o seu aparecimento em 1625, ano da edição de uma obra de Samuel Purchas onde se diz que D. Henrique contratou o cartógrafo Jaime de Maiorca para dirigir uma escola de marinha, e não apenas para ensinar os Portugueses a fazerem castas de marear, como declara, por exemplo, Duarte Pacheco Pereira. Qualquer que tenha sido a origem da notícia, sabe-se que ela se divulgou rapidamente, teve grande aceitação entre os historiadores dos séculos XVIII e XIX e veio a ser acrescentada com vários pormenores significativos, embora sem fundamento em documentação fidedigna” (Albuquerque 1992, p. 414).

Luís de Albuquerque considera que, no máximo, o cartógrafo Jaime de Maiorca tenha contribuindo com o infante D. Henrique:

“Reconheceu-se, pois, que Jaime de Maiorca veio para Portugal na sua qualidade de “mestre de fazer cartas de navegar”, como dizem Zurara e Duarte Pacheco, e que a isso se deve ter limitado a sua actividade na corte de D. Henrique; reconheceu-se também que jamais o Infante, ou algum dos seus continuadores, pensaria em fundar uma academia, escola ou curso sobre a arte de navegar, pois, como era mais natural, esta aprendia-se no convívio do mar, na prática do dia-a-dia, enriquecida durante as viagens (...)” (Albuquerque 1992, p. 414).

Albuquerque, de modo geral, não deixa também de se referir ao fato da historiografia ser muito pouco crítica aos mitos que se incorporaram ao discurso historiográfico.

Como lembra Sérgio Buarque de Holanda, o que realmente permitiu a navegação dos portugueses foi a experiência adquirida com as inúmeras tentativas de travessias.

“(...) é quase como se as coisas só existissem verdadeiramente a partir dela. A experiência ‘é a madre das coisas...’ [como afirmou Duarte Pacheco Pereira no *Esmeraldo De Situ Orbis*]” (Holanda 1996, p. 05).

E, de fato, pode-se verificar isso. Paulo Miceli mostra que, no final do século XVI, portanto passados mais de século e meio de experiência, o número de naufrágios era ainda muito elevado:

“(...) em doze anos (1585-1597), das 66 naus que integraram a carreira da Índia, 22 se perderam dezoito por naufrágio e quatro por incêndio, o que representa mais de 30%.

(...) é possível alargar o período de observação e acompanhar o destino das 806 naus que partiram de Portugal para a Índia de 1497 e 1612. Subdividindo o período, isolando a fase anterior à dominação espanhola (...), dos 620 navios que largaram do Tejo até 1579, 325 “vieram a salvamento”, enquanto apenas cem dos que foram para a Índia entre 1580 e 1612 retornaram a Lisboa. Quanto aos 381 navios que em todo o período (1497-1612) não regressaram a Portugal, 285 ficaram no

Oriente, 66 naufragaram, vinte arribaram, seis incendiaram-se e quatro foram tomados por inimigos” (Miceli 1994, p. 189).

A experiência parece realmente ter dado a tônica da evolução dos conhecimentos que permitiram as navegações, feitas num “(...) universo de iletrados, em meio a capitães, pilotos e marinheiros pouquíssimo ou (quase sempre) nada alfabetizados, nobres e mercadores bem mais próximos dos números do que das letras (...)”. (Miceli 1994, p. 63-64). Somente nos finais do século XVI e início do XVII que João Batista Lavanha escreve o *Livro Primeiro da Arquitetura Naval*, no qual se descrevem algumas técnicas referentes à fabricação de navios.

“Existindo em função da defesa, da religião, da comodidade ou da navegação, a arquitetura triparte-se em militar, civil e naval, sendo esta última “a que ensina com regras certas fabricar navios, nos quais se possa navegar bem e comodamente”. A arquitetura naval era um saber em fase de elaboração, posto como exigência nova pelas viagens da expansão e da conquista (...)” (Miceli 1994, pág. 65).

Posto isso, não faz sentido naturalizar os Descobrimientos portugueses e muito menos enumerar as inovações técnicas como se elas fossem conhecimento a disposição dos homens que um dia resolveram se atirar ao mar. O conhecimento técnico que permitiu os achamentos de novas partes do mundo foi conquista lenta de inúmeras experiências, feito às custas de incontáveis naufrágios. Inegável que tais conhecimentos são relevantes para que se possa entender o fenômeno das navegações mas, no entanto, não constituem a totalidade ou o que há de relevante a se abordar sobre o tema. Como afirmou Mattoso, não satisfazem. Gostaria, por fim, de fazer uma última nota a respeito dos conhecimentos técnicos dos Descobrimientos. O conhecimento científico de então compreendia dimensões que hoje desprezamos, pois ainda João Batista Lavanha, a respeito do corte da madeira para a construção dos barcos, considera a influência dos céus;

“(…) o arquiteto naval deveria conhecer astronomia, pois só assim saberia os ‘tempos acomodados para o corte das madeiras’, segundo o lugar em que ‘nascem e se criam em respeito do céu e de suas influências” (Miceli 1994, p. 68).

O mesmo aconselhava que “(…) se tenha por regra geral, que as madeiras para esta fábrica se cortem nas minguentes da lua dos dois meses mais chegados ao princípio do inverno, um antes, e outro depois, os quais nestas partes são dezembro e janeiro” (Apud Miceli 1994, p. 70).

De modo bastante breve, tentei demonstrar como os mitos referentes a algumas interpretações portuguesas acerca dos Descobrimentos e do império portugueses são fortemente presentes no discurso historiográfico, ainda hoje, e como eles são argumentos tão nevrálgicos na historiografia a respeito de Portugal que para abordá-la torna-se impossível não passar por eles. Tentei fazer isso no que diz respeito ao que nos é mais conhecido, que é a história dos Descobrimentos portugueses, mostrando como, para explicá-la, estão fortemente presentes os mitos da herança sagrada e das cruzadas.

**ABSTRACT:** The present text is a reflection about two myths, “the sacred heritage” and “the crusade” and their relation with how part of the Portuguese history constructs itself.

**KEYWORDS:** Portuguese history – Portuguese expansion – Portuguese myths – Medieval History/Portugal

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Luís de. *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Vega, 1990.

\_\_\_\_\_. verbete: “Sagres, Escola de”, p. 414-415. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

- ALEXANDRE, Valentim, *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Afrontamento, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, vol. II, Lisboa, Dom Quixote, 1995.
- BUESCU, Ana Isabel. “Vínculos da Mémória: Ourique e a fundação do reino”, p. 09-50 In: CENTENO, Yvette Kace (coordenação). *Portugal: Mitos Revisitados*, Lisboa, Salamandra, 1993.
- CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, São Paulo, Edições de Ouro, 1969.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. verbete: “Restauração”, p. 307-325. In: SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.
- HOBSBAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*, São Paulo, Brasiliense, 1992.
- MATTOSO, José. *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1993.
- MICELI, Paulo. *O Ponto onde Estamos*, São Paulo, Scritta, 1994.
- TENGARRINHA, José. *A Historiografia Portuguesa, Hoje*, São Paulo/Instituto Camões, 1999.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*, São Paulo, FTD, 1998.
- RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Estampa, 1995.
- SARIVA, António José. *A Cultura em Portugal*, v. I, Lisboa, Gradiva, 1994.
- SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*, São Paulo, Círculo do Livro, s.d.
- ZUMTHOR, Paul. *Tradição e Esquecimento*, São Paulo, Hucitec, 1997.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica dos Feitos da Guiné*, prefácio, selecção e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1942.